

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Braga pretende concluir texto da reforma na terça

Conselho é mudança certa na reforma tributária

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) promete protocolar até a noite de terça-feira (24) seu relatório para a reforma tributária. Se, de fato, conseguirá, é o que se verá esta semana. Braga evita aprofundar os detalhes do texto que apresentará, para que venha a ser lido, se o cronograma for cumprido, na quarta-feira (25) na Comissão de Constituição e Justiça. Há, porém, uma

mudança que é certa, e já estava prevista desde o momento em que a versão aprovada na Câmara, lá relatada por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), chegou ao Senado: o Conselho Federativo, que definirá como serão distribuídos os impostos arrecadados pelos estados, irá mudar. E bastante. A primeira mudança já virá no nome. Deverá passar a se chamar “Comitê Gestor”.

Destino

O conselho é consequência da principal mudança para a reforma tributária impõe. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o tributo federal que passará a existir, será cobrado sempre no destino. Ou seja, pelo consumidor na hora da compra. Isso exige um critério de distribuição.

Produtores

Estados que são grandes produtores, mas têm menor população, como os da região Centro-Oeste com seus produtos agrícolas, tendem, assim, a perder arrecadação. Será necessário haver uma forma de compensação na distribuição, que seria estabelecida pelo conselho.

Valter Campanato/Agência Brasil



Bebidas alcoólicas estarão no “imposto do pecado”

Definição dos critérios poderá passar para o Senado

A proposta que saiu da Câmara deu mais peso aos maiores estados. O conselho seria proporcional ao tamanho de cada ente. Foi parte da negociação que garantiu o apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de seu partido, o Republicanos. Passou sem problemas na Câmara, porque lá as bancadas

são também proporcionais ao tamanho dos estados. No Senado, onde todos os estados têm a mesma bancada com três parlamentares, a ideia emperrou. Os estados menores uniram-se para impor uma modificação. E a solução deverá ser fazer do próprio Senado o espaço definidor dos critérios de distribuição.

Administrativo

A ideia ventilada por Braga na semana passada, quando recebeu as propostas do grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é que o “comitê gestor”, como rebatizará o conselho, seja mais um órgão administrativo, que recolhe e distribui os recursos.

Federação

Nesse formato, ficará o próprio Senado como o espaço de definição de critérios e juiz das dúvidas e das querelas entre os estados. Segundo disse Braga, seria o Senado o espaço da discussão das questões federativas. Papel que já lhe é garantido pela Constituição.

Prazo

Ainda que haja pressa para a aprovação da reforma, na prática ela estabelece um longo prazo de transição para que, de fato, esse formato de distribuição dos recursos do IBS se dê: 50 anos. Alguns senadores defendiam reduzir esse prazo para 30 anos. Braga manterá 50.

Pecado

Outro ponto que ainda não está claro é como será cobrado o que se apelidou de “imposto do pecado”, um imposto seletivo, maior, sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Que produtos entrarão e detalhes sobre a forma da cobrança ainda não estão conhecidos.

Espionagem da Abin agitará semana em Brasília

Agência monitorou mais de mil pessoas. Até ministros do STF

Antonio Cruz/Agência Brasil



Investigação de arapongagem abriu crise na Abin

Por Ana Paula Marques e Murilo Adjuto

Quem foram os alvos da arapongagem da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) entre dezembro de 2018 e 2021, quando estava à sua frente o hoje deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ)? A resposta a essa pergunta poderá ser dada esta semana, na sequência das investigações da Operação Última Milha, da Polícia Federal (PF). Na sexta-feira (20), a PF cumpriu 25 mandatos de busca e apreensão e prendeu dois servidores suspeitos de operarem o esquema de espionagem, que, segundo a polícia, teve como alvos preferenciais desafetos do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mais de mil jornalistas, advogados e até ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) teriam sido espionados.

O nome da operação é uma referência ao aparelho de espionagem utilizado pela Abin, o Fist Mile (Primeira Milha), de fabricação israelense. A ferramenta permite rastrear os dados de GPS de qualquer pessoa pelas redes de comunicações que os celulares transmitem para as torres de telecomunicação. Ou seja, o sistema permitia que se soubesse a exata localização em tempo real do dono do aparelho de celular rastreado. De que ponto para onde ele se deslocava.

Por exemplo, se o araponga desejava saber se determinado ministro do STF estava a caminho ou já tinha chegado à Corte, o sistema indicava. Se houvesse alguma desconfiança de que algum político aliado estava se encontrando com líderes da oposição, o sistema tiraria a dúvida. Se alguma autoridade do governo conversava ou passava informações para determinado jornalista, o First Mile também responderia à pergunta.

Em um sistema democrático, não cabe a nenhum organismo do governo espionar seus cidadãos. Monitoramentos de telefones só podem ser feitos por autoridades policiais com autorização da Jus-

tiça dentro de investigações com propósito bem determinado. Mesmo a polícia não pode monitorar pessoas indiscriminadamente. Nada disso houve nesse caso.

Além disso, a tarefa da Abin não é fazer espionagem. Ela é um organismo de inteligência. Ou seja, com base na análise de dados, fornece ao governo cenários sobre determinadas situações. Emite alertas.

Diante, portanto, da total ilegalidade do que foi descoberto na investigação policial, dois servidores suspeitos de envolvimento com o esquema foram presos e a PF ainda cumpriu também 25 mandatos de busca e apreensão em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás e no Distrito Federal.

Crise

A operação colocou em crise a agência, que disse estar colaborando com as autoridades, inclusive cumprindo as decisões judiciais que determinaram o afastamento de servidores. A crise se instalou especialmente porque um dos presos, Paulo Maurício Fortunato Pinto, era homem de confiança do atual chefe da Abin, o delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa.

O fato de Paulo Maurício ser alguém com ligações com o governo anterior foi um dos fatores que fez com que demorasse dois meses a sabatina de Luiz Fernando na

Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional do Senado, onde o indicado tem de ser questionado e aprovado. Os senadores queriam entender por que o chefe da Abin queria ter ao seu lado auxiliares bolsonaristas.

A Abin declara não fazer mais uso do sistema de espionagem desde 2021. Em nota, a agência descreve que, em 23 de fevereiro, um processo interno feito pela Corregedoria-Geral apontou detalhes do uso do sistema desde dezembro de 2018, finalizado em 2021.

Sem nenhum protocolo oficial ou autorização judicial para monitoramento, o sistema foi usado até o final dos primeiros três meses do governo Bolsonaro. O aparelho foi adquirido ainda na gestão de Michel Temer, por R\$ 5,7 milhões, sem licitação. Começou a ser usado em dezembro de 2018, quando Bolsonaro já estava eleito e estava a um mês de tomar posse.

Além das prisões, o ministro do STF Alexandre de Moraes determinou o afastamento de outros quatro servidores da Abin. A apuração do caso começou em março como parte do inquérito das fake news.

Santos Cruz

Segundo a PF, o filho do general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro do

Agenda dos poderes: TSE julga Bolsonaro, de novo

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

Após arquivar três ações de abuso de poder político contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) volta a julgar, neste dia 24, mais outras três ações, essas pela conduta do então presidente e candidato à reeleição durante a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, no ano passado.

Bolsonaro e seu então candidato a vice, Walter Braga Netto, são acusados de abuso de poder político e econômico. Além disso, as Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) também acusam a dupla de uso indevido dos meios de comunicação, já que teriam supostamente se beneficiado ao usar eventos oficiais e as transmissões em TV pública para promover a chapa durante o desfile cívico-militar em 2022.

Apesar de ter ações anteriores rejeitadas pela Corte, existe a expectativa de que, nesse caso, haja nova condenação em cima das acusações, que foram protocoladas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (União-MS), que era então candidata à Presidência por seu partido. Bolsonaro já foi condenado pelo TSE em junho e está inelegível até 2030. Caso seja condenado nessas outras ações, sua pena não será somada à que já existe.



O TSE voltará a julgar Bolsonaro esta semana

Novela da reforma

Já o enredo da complexa Reforma Tributária pretende chegar em sua reta final também nesta semana. A promessa do relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), é de que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) seja protocolada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta terça-feira (24), para ser lida aos senadores no dia seguinte.

Promessa porque o relator já adiou a apresentação do texto duas vezes. Aprovada na Câmara no primeiro semestre, a reforma chegou ao Senado em agosto, e desde lá vem causando desgaste entre os parlamentares para formar maioria e ter aprovação. Se lido na quarta, a previsão é que sejam pedidas duas semanas para a sua análise. O que leva Braga, portanto, a prever a votação no dia 7 de novembro pela manhã na

CCJ. No mesmo dia, o texto seria analisado pelo plenário à tarde. Se sofrer modificações, o que já ficou claro que acontecerá, a reforma terá de voltar para nova análise na Câmara. Se lá for modificada novamente, volta para o Senado. É necessário o consenso das duas casas para a promulgação. A reforma tributária é uma das pautas prioritárias do governo, que deseja vê-la aprovada ainda este ano.

Porém, existem dois contratempos na própria CCJ. O primeiro é a sabatina de três nomes que foram indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Superior Tribunal de Justiça (STJ): Daniela Teixeira, José Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos, marcada para a manhã da mesma quarta-feira (25). O outro, são os feriados em novembro, no dia 2 (Dia de Finados) e 15 (Proclamação da República), que devem esvaziar o Congresso.

“Briga” dos poderes

Outro assunto a se desenvolver é a “guerrilha” travada entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do senado, Rodrigo Pacheco, parece ter recuado e disse que a PEC que limita decisões monocráticas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não deve ser votada nos próximos dias, como ele tinha declarado que faria na semana passada.

Apesar disso, a PEC que estabelece oito anos de mandato para os ministros do Supremo deve seguir em frente. Na última reunião da CCJ, o presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União-AP), disse ao senador autor da proposta, Plínio Valério (PSDB-AM), que vá à Presidência da Casa para decidir quem será o relator do texto.